

TERMO DE REFERÊNCIA

Aracaju, 25 de novembro de 2020

PREGÃO ELETRÔNICO**AQUISIÇÃO DE PEÇAS****PREGÃO Nº /2020 Processo Administrativo n.º****1- DO OBJETO**

Aquisição de peças para bombas EBARA para os diversos sistemas de abastecimento de água, da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO.

2- JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Companhia de Saneamento de Sergipe, possui, em muitos dos seus sistemas de abastecimento de água, bombas submersas marca EBARA, em seus variados modelos, que dependem dos pontos de operação (vazão e altura manométrica). Para a realização da manutenção, quer preventiva; como corretiva, necessário se faz a substituição de peças das referidas bombas por outras de mesma marca, que seguem as mesmas especificações e características da linha de montagem, o que caracteriza a genuinidade, apresentadas de forma exclusiva.

3- ESPECIFICAÇÃO PEÇAS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**3.1- LOTE ÚNICO****Peças EBARA**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	S4021-6010	Bucha de Mancal Sextavada BHS411 /412/511/512 Superior/BHS401~501/BHS505	PC	100
02	S4121-1210	Anel de Desgaste BHS411/412/511/512	PC	200
03	S4111-6020	Bucha Intermediária BHS5411/412/511/512	PC	300
04	S5411-1100	Bucha Cônica BHS411//412/511/512	PC	300
05	S4011-6010	Bucha de Mancal Sextavada BHS411/411/511	PC	150
06	U2221-3030	Corpo Superior BHS222/232	PC	2
07	S2221-6010	Bucha de Mancal BHS222/232	PC	10
08	U2321-3020	Corpo de Estagio BHS232	PC	15
09	S2221-6020	Bucha IntermediariaBHS222/232	PC	50
10	S2321-3050	Difusor BHS232	PC	15
11	S2221-1100	Bucha Cônica BHS222/232	PC	50
12	U2321-3010	Corpo de Aspiração BHS232	PC	2

13	S2321-1200	Anel de Desgaste BHS232	PC	50
14	U5051-1100	Bucha Cônica 506/516/507/517	PC	20
15	U5061-1000	Rotor da Bomba BHS506/516 Bronze SAE40	PC	10
16	U5071-1000	Rotor de Bomba BHS507/517 Bronze SAE40	PC	10
17	S5061-6010	Bucha Mancal Oit.BHS506~803/516~804	PC	30
18	S8031-7070	Junta BHS803/813	PC	25
19	U8031-1100	Bucha Cônica BHS803/813/804	PC	20
20	U8031-1000	Rotor da Bomba BHS803/813 Bronze SAE40	PC	10
21	S8041-7070	Junta BHS804	PC	25
22	U8041-1000	Rotor da Bomba BHS804 Bronze SAE40	PC	10

Observação: Não será reservada cota de 25% (vinte cinco por cento), tendo em vista que o objeto, embora divisível, seria economicamente desvantajoso para a DESO reservar lote para ME/EPP, correndo o risco de preços díspares e, conseqüentemente maiores

3.2- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será por lote

4- PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega objeto deste Termo de Referência será de 45 (quarenta cinco) dias, no seguinte endereço:

Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO

Oficina Eletromecânica

Rua Campo do Brito, 331

Praia 13 de Julho

CEP 49.020 - 380

Aracaju - Sergipe

5- CRITÉRIO ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

5.1 . Os preços somente serão aceitos quando não superiores aos estimados no preço de referência da DESO;

6- PRAZOS

O prazo contratual será de 90 (noventa) dias

7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1- São obrigações da Contratante:

7.1.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.3- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.4- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.5- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6- Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessária.

7.2- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia**

8.3- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o equipamento com avarias ou defeitos;

8.5- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.7- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

09. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Não será exigido

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

Não será exigido.

13. DO PAGAMENTO

13.1 . O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura, devidamente acompanhada da documentação exigida para quitação.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado a empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.3. Caso se faça necessária a apresentação ou reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura ou documentação por culpa da contratada, o prazo de até 30(trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva apresentação ou reapresentação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.4.1- A contratada pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a prévia defesa da

CONTRATADA no prazo de 10(dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:

14.1.1- Advertência;

14.1.2- Multa moratória;

14.1.3- Multa compensatória;

14.1.4- Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a DESO, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.1.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2- As sanções constantes no subitem 14.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

14.3- Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

14.3.1- Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;

14.3.2- Não mantiver proposta, injustificadamente;

14.3.3- Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4- Fizer declaração falsa;

14.3.5- Cometer fraude fiscal;

14.3.6- Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

14.4- São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 186 do RILC.

14.5- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.6- A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não.

14.7- A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I- Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente 2% (dois por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II- Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, a vista do subitem 13.4.6, poderá ser

aplicada multa correspondente 2% (dois por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III- Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV- No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não executada;

V- No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento) sobre o saldo remanescente do contrato;

VI- Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso.

14.8- Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a DESO descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a DESO executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

14.9- A DESO poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos;

14.10- Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 189 e 190 do RILC em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

15- DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1- O licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas no Edital, o atendimento dos seguintes requisitos:

15.1.1- Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, transporte (CIF), deslocamentos de pessoal, treinamento, garantia, montagem e instalação e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta;

15.1.2- Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e neles deverão

estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: IPI e demais impostos, encargos sociais, seguros, taxas, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento dos materiais;

15.1.3- A proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta dias), contados da data da sessão pública de abertura desta licitação;

15.2- Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- b) que contiverem preços ou vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outros licitantes;
- d) que forem superiores ao valor orçado pela DESO.

15.3- A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista.

15.4- Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas no Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo do Edital.

15.5- A Proposta de Preço será considerada completa e abrangerá todos os custos necessários ao objeto.

15.6- Empresas que participarem deste processo, que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002, a Administração instaurará processo administrativo para

apurar as condutas das empresas (TCU – Acórdão nº 754/2015 – Plenário) concomitantemente com as Sanções Administrativas previstas no item 13.0 deste Termo de referência.

16- GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigido

17- REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Preços fixos e irrealizáveis

18- FONTE RECURSOS

FR-10 (Recursos Próprios), Orçamento 2020

SOLICITANTE

Engº Gilvan dos Santos

4.0.02.00/GMEL